Resenha Bibliográfica 1

Bianchi, Ana Maria. A Pré-História da Economia. **São Paulo HUCITEC, 1988, 168 p.**

ANA MARIA C. INFANTOSI DA COSTA(*)

A história pulverizou o velho sentido da palavra filosofia. Ciências particulares desprenderam-se da matriz filosófica, circunscreveram um pedaço do imenso âmbito da realidade, definiram-no e dedicaram sua atenção exclusivamente a este aspecto. As ciências sociais emanciparam-se realmente da filosofia? A objetividade científica, tão cara aos positivistas, foi efetivamente alcançada? Não haverá resíduos desse processo histórico de desintegração sob a forma de compromissos éticos e epistemológicos subjacentes à ciência econômica de nossos dias? Estas questões, colocadas pela autora, somadas à constatação de vários indícios que prefiguram uma crise (no sentido kuhniano) da ciência econômica atual, levam-na a incursões pela história das mentalidades na tentativa, não de resolver o problema da Economia, mas ao menos de propor programas de pesquisa alternativos àqueles inseridos na tradição. A volta ao passado, realizada à maneira psicanalítica, aponta para uma peça chave do "quebra-cabeça" cujo lugar a comunidade científica esforça-se em encontrar dentro do paradigma vigente: a impotência da Teoria Econômica de nossos dias para responder às questões propostas pelo avanço do capitalismo em suas várias direções é, senão maior, ao menos do mesmo porte que a dos primeiros teóricos da Economia do séc. XVIII para responder às questões postas pela sociedade industrial nascente.

A crise a que a autora chama "crise de identidade" alude não só ao adensamento dos enigmas, como por exemplo o malogro da revolução formalista na integração entre macroeconomia e microeconomia, que sobrevive à re-

(*) *A autora é Bacharel em Filosofia pela FFLCH da USP e Mestre em Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da USP.*

volução keynesiana, ou à incapacidade de compatibilizar a estrutura de equilíbrio geral com a ausência de concorrência perfeita, ou ainda ao impacto da informação sobre o comportamento dos agentes econômicos, como também à incapacidade de definição das fronteiras do conhecimento econômico. De fato, há recusa por parte da maioria dos economistas em reconhecer, do ponto de vista metodológico, quaisquer elementos da cultura humana intervenientes em sua ciência, além dos fatos objetivos e estritamente econômicos que possam ser analisados apenas com o instrumental científico disponível. Estão convictos de que temas nos quais entram elementos axiológicos de teor moral, religioso, político ou ideológico escapam ao controle da cientificidade, transbordam os estritos limites da competência científica. A História registra casos desse transbordamento em ciências como a física, por exemplo, o qual não comprometeu seu amadurecimento. Lembremos a profunda religiosidade dos membros da *Royal Society* Britânica (1662) dentre eles Isaac Newton que acreditavam na unidade entre a ciência e a teologia como modo de provar a existência e generosidade de Deus. Newton procurou mostrar que Deus estava ativo no mundo quando sustentou que o universo e seus corpos constituintes consistiam em espaço vazio por meio dos quais a gravidade e outras forças atuavam instantaneamente, visto que, na ausência de um veículo material para transportá-los, os efeitos dessas forças tinham de ser transmitidos pelo próprio Deus. Cientistas franceses, pouco mais tarde, ignoraram o motivo teológico de Newton e procuraram expressar em fórmulas matemáticas as leis pelas quais as forças eram regidas. Já na Inglaterra, a ciência natural continuou sendo considerada a descoberta do plano de Deus na natureza, embora esse plano fosse interpretado de maneiras diferentes, originando novas teorias e alargando o campo de investigação das ciências da natureza. Não há, pois, como negar que a religião não é só um movimento sócio-cultural, é também fator relevante para a produção de idéias. Como nos lembra a autora, Max Weber confere papel determinante às motivações religiosas na conduta econômica.

A retomada da história do pensamento econômico desde as primeiras manifestações da Renascença, quando este ainda apresentava-se amarrado a categorias não econômicas, oferece, segundo a autora, *"a oportunidade para uma reflexão sobre as marcas de nascença da ciência econômica, cruciais em sua configuração atual e, quem sabe, fonte primeira dos focos de insatisfação de muitos economistas em relação à sua ciência"* Cabe, para quem assim julga, fazer uma investigação sobre a cultura e a sociedade que permitiram ao fenômeno econômico destacar-se como elemento isolado em relação ao fenômeno político, moral, religioso e constituir-se objeto de uma ciência específica.

Recorrendo ao antropólogo L. Dumont, a autora localiza o ponto de partida no período de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna.

Neste momento ocorreram as primeiras manifestações de inversão do econômico sobre o político e, conjugadamente ao individualismo crescente, provocaram alterações culturais significativas. As profundas transformações econômicas, sociais e políticas não se conformam mais ao antigo quadro de referência de crenças, valores e símbolos por cujo intermédio as interações humanas são interpretadas. A ascensão da burguesia impõe uma reformulação do código moral prevalecente no período medieval, como por exemplo, "o interesse", "o amor ao ganho", "o desejo de obter vantagens econômicas" perderam conotação pecaminosa e ganharam *status* e virtudes. Paixões humanas como a ambição ou a paixão pelo dinheiro, agora reinterpretadas dentro de nova concepção de "natureza humana", conferem maior objetividade à análise do comportamento humano em sua dimensão econômica, à medida que despontam dentre as relações sociais, relações impessoais e formais regidas pelo interesse.

William de Occam, Thomas More, Erasmo de Roterdã são mencionados como pensadores medievais que, enfrentando fortes resistências, dão os primeiros passos no caminho da desintegração da concepção sagrada da vida humana que conduziria à moderna concepção secular do homem dos humanistas da Renascença. Maquiavel (1469-1527) foi uma figura importante neste processo. Separou radicalmente a ética da política, libertando esta última das restrições morais, consideradas, então, empecilhos à realização do programa político da época: a construção do Estado nacional. Repudia uma política normativa e traça, fundamentado em fatos históricos, uma política realista tendo como pressupostos certas constantes do comportamento humano, como o egoísmo intrínseco à natureza humana. Posição semelhante é a de T. Hobbes (1588-1679) ao defender a idéia de um Estado forte a fim de garantir a paz em sociedade, já que os homens em estado natural são egoístas, interesseiros, avaros e belicosos. A ética de Spinoza (1632-1677), não diverge destes pensadores renascentistas. Como eles, relativiza as nações de bem e de mal e as converge para as idéias de útil e nocivo, assim como admite as paixões e apetites humanos como constituintes da natureza humana, contrariamente à moralidade medieval.

Do ponto de vista metodológico, F. Bacon (1561-1626), precursor da ciência moderna, faz do método indutivo a garantia de cientificidade: as observações empíricas são o fundamento das teorias científicas. Para Bacon haveria evidências empíricas de que o comportamento humano não é comandado pelo altruísmo.

O pensamento dos séculos XVI e XVII não pôde expressar-se sem provocar forte reação por parte da Igreja. O século XVIII não suprime a religião, mas supera antagonismos entre ciência e teologia e alarga o caminho da Razão Natural, aberto por seus predecessores. O progresso das ciências naturais conduz os pensadores iluministas a uma fé inabalável na Razão e a uma con-

cepção mecanicista do mundo natural e cultural, que se reflete numa concepção mecanicista de ciência. Ilustrativo é o *Tableau Economique* do Dr. Quesnay, de 1758. Já que o avanço da ciência está comprometido com o progresso social, a preocupação dominante dos Iluministas e filósofos moralistas é a conciliação entre "interesse particular" e "bem coletivo" Lembremos que o significado de certos termos depende de todas as sentenças em que aparecem na teoria, então, trivialmente, eles mudam de significato de uma teoria para a seguinte. Esta interpretação nos permite inferir que noções éticas como "ambição individual" e "bem social" tiveram os mesmos referentes, mas diferentes conotações nas teorias concebidas na sociedade tradicional e nas concebidas pela sociedade moderna.

O empirismo e o liberalismo de John Locke (1632-1704) enfatizam e reforçam a revolução intelectual em curso e reafirmam a ascensão da burguesia, assim como sua ética de caráter nitidamente hedonista, que vincula "bem" a "prazer" e "mal" a "sofrimento" Justificam, em grande parte, o pacto social entre os homens naturais por meio do qual os indivíduos realizam seu desejo de preservar a propriedade, entendida como: a vida, a liberdade e o patrimônio. A concepção de Locke é ponto chave na explicação do primado da visão econômica, entendido como ruptura com a forma tradicional de sociedade.

O sensualismo de Helvétius (1715-1771) explicita ainda mais a necessidade de eliminar o divórcio entre o interesse público e o privado, entendido, este último, como mera sensação física.

O tema central dos filósofos moralistas do séc. XVIII, como Shaftesbury (1671-1713), é desestigmatizar certas paixões humanas, como a ambição ou interesse pessoal, ou auto-estima e compatibilizá-las com a virtude.

Admite que o interesse pessoal e o interesse coletivo podem harmonizar-se naturalmente. Bernard Mandeville (1670-1733), cuja obra *Fábula das Abelhas* assumiu importante papel no processo pelo qual a ciência econômica emancipa-se da moralidade vigente em seu tempo, discorda de Shaftesbury quanto à tendência natural de solidariedade humana em sociedade. *"Os vícios privados levam a benefícios públicos"*, mensagem central de seu poema, se tais vícios forem bem administrados dentro de um quadro legal e institucional favorável ao bem-estar coletivo. *"O luxo, a luxúria, o orgulho, a avareza, a volubilidade, a intemperança empregam milhões de pobres"* diz a *Fábula das Abelhas* e, portanto, como interpreta A. M. Bianchi, estes vícios estimulam o consumo ou a demanda efetiva, funcionam como mola propulsora do comportamento humano e da vida econômica.

O elenco de pensadores que comparecem em *A Pré-História da Economia* marca o nascimento da ciência econômica, menos pela erosão dos valores éticos e epistemológicos da sociedade tradicional do que pela inversão de tais

valores, que não é senão uma nova escala de valores em que a eficácia e a racionalidade são os ditames na ordenação do mundo humano.

> *"A proposta de uma nova teoria do conhecimento, com expresso fundamento empirista; uma teoria ética que foge à tradição, ao definir bem e mal a partir de metas estabelecidas pelo indivíduo; a concepção de um estado natural, onde os homens são dominados por suas paixões; a necessidade de um pacto capaz de unir as vontades e garantir a harmonia social; a idéia de uma conduta pautada pelo cálculo racional, consoante necessidades e conveniências dos indivíduos; o primado das paixões razoáveis, associado ao reconhecimento da possibilidade de um acordo entre o interesse privado e a utilidade social, na direção de uma espécie de 'egoísmo esclarecido'; a admissão de que a propriedade privada é um direito natural, tanto quanto a liberdade de culto e de pensamento; a mudança de concepção do Estado, de um poder inexorável fundado em mandato divino, a uma concepção liberal, em que o assentimento é alçado a primeiro plano; a distinção entre a esfera do poder civil e a do poder religioso, com a conseqüente ruptura da Igreja sobre questões públicas; são todos ingredientes de vital importância na revolução de valores em curso durante mais de três séculos, que cede vez à forma moderna de sociedade"* (BIANCHI, p. 101-102)

Dentre os filósofos mencionados, Adam Smith (1723-1790), merece destaque especial, por ser o autor da obra *Investigação sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações* – que constitui o atestado de nascimento da ciência econômica. O confronto com outra obra de Adam Smith *A Teoria dos Sentimentos Morais* – é o ponto central da análise dos pressupostos filosóficos geradores da ciência econômica.

Do ponto de vista epistemológico, as duas obras estão calcadas na concepção empirista de conhecimento, incluindo a introspecção – observação da própria conduta como método complementar de observação da conduta alheia. O espectador imparcial, uma espécie de superego freudiano, responsável pelo controle que cada um tem de si mesmo, é substituído na *Riqueza das Nações* pelo mecanismo da competição como fonte de controle sobre desdobramentos eventualmente indesejáveis do comportamento movido pelo interesse. A noção de simpatia que aparece na *Teoria* como um sentimento natural do homem em relação a seus semelhantes é transmutada em interesse e egoísmo porque estes últimos são condições de possibilidade do primeiro. O homem insensível, segundo Smith, a suas próprias vicissitudes é incapaz de se sensibilizar pelas de seus semelhantes, além de ser objeto de reprovação social. Assim, ações

movidas pelo interesse, desde que controladas para não degenerarem, são fatores do progresso econômico.

A retomada da história do pensamento ocidental, que a autora qualificou de pré-história da Economia Política com o propósito de recompor o ideário que tornou possível a autonomia da ciência econômica, revela-nos um ponto fundamental na compreensão da história da Ciência. A ciência, diz Maxwell, é guiada pela pressuposição metafísica de que o universo é inteligível; isto é, a finalidade geral da ciência consiste em descobrir uma ordem que pressupomos estar presente na natureza. O ponto chave a que aludimos diz respeito à engenhosidade mental dos precursores da Economia em transpor o esquema metafísico básico da inteligibilidade do mundo natural para o mundo sócio-cultural. Um esquema metafísico básico, ou conjunto de pressupostos fundamentais subjacentes à ciência, procura especificar as características invariantes de um domínio em termos muito genéricos, a fim de desenvolver teorias testáveis que as representem mais precisamente. Portanto, cada esquema básico especifica certas espécies de entidades fundamentais e suas propriedades. Pensadores renascentistas principiaram a desenhar os contornos do universo sobre o qual recairia a atenção dos cientistas sociais, ao secularizar a concepção de homem. Os passos seguintes, na trilha do empirismo, iriam em busca das características invariantes desse domínio. Portanto, especificam-se espécies de entidades fundamentais e suas propriedades, traduzidas na Economia Clássica por certas características da natureza humana, entendidas como móveis da conduta humana em sociedade.

Desde séculos a ciência tem sido saudada por muitos em virtude de seu empenho na solução racional de problemas e no avanço de conhecimentos comprováveis; no entanto, continua sendo rejeitada por outros devido a sua oposição ao pensamento tradicional. A ciência passa a assumir compromissos com o avanço da sociedade e é defendida ardorosamente por aqueles que prezam a constante elevação do padrão de vida que ela possibilita, mas enfrenta a oposição daqueles que a consideram uma força que se movimenta por si mesma indiferente às preocupações humanas. Será um truísmo afirmar que a ciência, como qualquer empreendimento humano, é falível e tanto pode degenerar como responder às aspirações humanas.